

Campo de Saberes da História da Educação no Brasil

Atena Editora



Atena Editora

**CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C198

Campo de saberes da história da educação no Brasil / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.
202 p. : 625 kbytes

Formato: PDF
ISBN 978-85-93243-42-4
DOI 10.22533/at.ed.424171010
Inclui bibliografia

1. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDD-370.981

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

Capítulo I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR VIÃO FRAGO

Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti.....05

Capítulo II

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha.....13

Capítulo III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

Sérgio Teixeira.....26

Capítulo IV

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS

Jéssica Maria Freisleben e Milena Regina Duarte Corrêa.....36

Capítulo V

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ENTRE O IDEÁRIO E O REAL

Júlio Resende Costa.....46

Capítulo VI

EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA: O USO DA IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA E METODOLÓGICA

Graciene Reis de Sousa, Antonio Guanacuy Almeida Moura, Jocyleia Santana dos Santos e Braz Batista Vas.....57

Capítulo VII

ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araujo e Elizabeth Farias da Silva.....67

Capítulo VIII

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL: DEBATES E TENSÕES (1932-1961)

Bruno Borges.....88

Capítulo IX

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E SENSIBILIDADES DOCENTES, SUAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Regina Celi Frechiani Bitte.....99

Capítulo X

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E DA PROFISSÃO DOCENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE
TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Vilmar José Borges.....110

Capítulo XI

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES PARA
PENSAR A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR EM MARIANA

Priscilla Samantha Barbosa Verona.....122

Capítulo XII

O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A BUSCA DA
MODERNIDADE POR MEIO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-
1905)

Mariana Silva Santos.....133

Capítulo XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO
EM MATO GROSSO

Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro.....146

Capítulo XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

Rachel Benta Messias Bastos.....158

Capítulo XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Sarah Maria Freitas Machado Silva e José Luis Sanfelice.....174

Capítulo XVI

UM BREVE DEBATE EPISTEMOLÓGICO SOBRE HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA LOCAL:
QUAL CAMINHO ESCOLHER?

Willian Douglas Guilherme e Magalis Besser Dorneles Schneider.....187

Sobre os Autores.....197

interrelationship between doing, reading and contextualizing art.

KEYWORDS: Discipline of visual arts; school curriculum; teacher training.

CAPÍTULO XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO EM MATO GROSSO

**Emilene Fontes de Oliveira
Thalita Pavani Vargas de Castro**

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO EM MATO GROSSO

Emilene Fontes de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso

Cuiabá – Mato Grosso

Thalita Pavani Vargas de Castro

Universidade Federal de Mato Grosso

Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: O artigo analisa o ponto de vista do Interventor Federal Júlio Muller, acerca do ensino em Mato Grosso com base no Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas em agosto de 1940. O Interventor atuou na modernização da capital com a implementação de obras públicas, tais como: O Grande Hotel, a Residência dos Governadores, o Cine Teatro Cuiabá, o Tesouro do Estado, o Palácio Arquiepiscopal, o Clube Feminino, além da abertura de novas ruas e avenidas, estabeleceu a construção da ponte que interligaria Cuiabá e Várzea Grande. O relatório foi elaborado no contexto do Estado Novo, período este em que Vargas disseminava fortemente campanhas que tinham como intuito erradicar os índices de analfabetismo no país. Diante disso, o Interventor apresentou um diagnóstico favorável da Instrução Pública no Estado de Mato Grosso. Relata sobre a ação do Estado referente à expansão escolar, dedicação ao aparelhamento das edificações destinadas a Instrução Pública, fiscalização, mapeamentos e dotação orçamentária. Percebe-se que Júlio Muller priorizou retratar os aspectos positivos da Instrução Pública, destacando as benfeitorias efetivadas, e não se ateu a enfatizar os inúmeros problemas vivenciados pelos docentes e discentes nessas escolas. Para a elaboração do estudo nos pautamos na História Cultural (BURKE, 2005) e nas reflexões realizadas por Alves (1998), Capelato (2011), Bertolini (2000) e Jucá (1998) para compreender o contexto histórico e educacional do Estado Novo em Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE: instrução pública; Mato Grosso; estado novo.

1. INTRODUÇÃO

O contexto histórico nacional do Estado Novo foi um período marcado pela Presidência de Getúlio Vargas, o qual outorgou uma nova Constituição Federal a partir de 10 de novembro de 1937, que por sua vez, foi elaborada por Francisco Campos, através de um golpe político com oito anos de durabilidade, finalizado no ano de 1945. Foi um momento considerado por muitos autores como um período ditatorial, em virtude dos posicionamentos e das ações autoritárias e de centralização do poder do Presidente em vigência.

Segundo Bomeny (1999), este período tinha no cerne do seu maior projeto político a construção da nacionalidade e da valorização da identidade nacional dos seus cidadãos. Assim, apresentavam a ideia de criar um novo homem, em uma

conjuntura que o Estado se aspirava ser novo. Para atingir essas pretensões, a educação foi utilizada como uma das suas dimensões estratégicas, que visavam alcançar esse projeto nacionalizador no Brasil.

Neste sentido, a formação deste novo homem estaria articulada com os processos educacionais, visto que proporcionaria por meio da sua capacidade de integrar os cidadãos aos valores preconizados na sociedade pelo poder vigente. Vale ressaltar, que o Ministro da Saúde e Educação, Gustavo Capanema, direcionava mais as suas ações ao âmbito secundário e técnico, do que ao primário, em razão dos projetos instituídos por Vargas terem o intuito de desenvolver o Brasil economicamente, em consonância com a implantação das indústrias e, conseqüentemente, careceria da necessidade de mão-de-obra qualificada.

Os valores educacionais deste período envolveram o civismo, o patriotismo, e o nacionalismo. Esses valores manifestados através da ótica das autoridades sinalizavam que a formação do Estado Novo devia ocorrer através da educação e da formação da nacionalidade dos cidadãos. Assim, utilizaram o espaço escolar para divulgar as mensagens desse regime e a legitimação autoritária das concepções disseminadas, de forma a difundir uma identidade coletiva sob os aspectos do Brasil Novo que estava sendo formado (BERTOLINI, 2000).

Para Capelato (2011) este período foi marcado por inúmeros desafios e avanços para a sociedade brasileira, à medida que o Estado começou a tratar a questão social, mas ao mesmo tempo fazia uso da cidadania como forma de mecanismo de controle social, proibindo a liberdade de expressão, e inserindo uma nova cultura política, sob o discurso de progresso econômico do país.

Diante deste contexto nacional, a realidade mato-grossense, tinha como Interventor Federal o Sr. Júlio Strubing Muller, que trouxe no Relatório do ano de 1940 enviado ao Presidente Vargas a sua perspectiva acerca do ensino no Estado.

O Relatório é uma fonte importante para compreensão da história da educação em Mato Grosso nesse período, de modo que aponta algumas especificidades como a relação de escolas existentes, criadas, as modalidades de ensino, o aparelhamento da Instrução, sua organização, estatísticas e, sobretudo, apresenta de forma peculiar a situação da instrução no Estado, ou seja, o interventor priorizou as benfeitorias, todos os pontos positivos possíveis, deixando de fora, problemas latentes e recorrentes como precariedade na estrutura das escolas, na formação, na condição de trabalho, entre outros.

Michel de Certeau, no seu clássico *A Escrita da História*, tratando do estabelecimento das fontes, afirma.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-

las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a “coleção”. [...] Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, 1982, p. 81).

Dessa forma, iremos analisar neste artigo a forma como se materializou este Governo e a educação em Mato Grosso através da análise deste documento, que vai além das descrições das ações de Estado no setor da Instrução Pública, pois procura mostrar a existência das intencionalidades presentes nesse contexto observadas no registro deixado por Júlio Müller.

2. O GOVERNO DE JÚLIO MÜLLER EM MATO GROSSO

Júlio Strubing Müller, filho de Júlio Frederico Müller e de Rita Correia Müller provenientes da cidade de Corumbá, nasceu em Cuiabá no ano de 1895. Sua história está vinculada com a política e a educação no Estado de Mato Grosso, em virtude da vinda da sua família para Cuiabá, que segundo Jucá (1998) fez parte dos maiores nomes da política mato-grossense, como seu pai e seus irmãos – Filinto Müller e Fenelon Müller – que do mesmo modo passaram a ocupar cargos políticos.

Com 19 anos de idade, Júlio Müller, começou a ministrar aulas em uma escola particular, posteriormente integrou o serviço militar e, depois disso, foi designado como diretor do Grupo Escolar de Poconé. No ano seguinte, mudou-se com sua esposa, D. Maria de Arruda Müller para a cidade de Miranda, onde foi responsável pelas aulas em um grupo escolar da região.

No início da sua vida profissional, Júlio Müller, não manifestou interesse no âmbito da política, mas devido à tradição dos seus familiares em integrá-la, foi de certa forma inevitável sua participação, sendo efetivada primeiramente com as eleições para prefeito de Cuiabá no ano de 1930, permanecendo três anos em exercício dessa função (JUCÁ, 1998).

A sua gestão se destacou por ter prevalecido seus princípios e convicções, despreocupado em atender somente aos anseios partidários, como exemplo, a atitude em reduzir os salários do setor executivo e manter os vencimentos que eram mais baixo, visando melhorar as dificuldades financeiras dos cofres públicos naquele período. No ano de 1935, Júlio Müller foi eleito Deputado Estadual.

Em 1937, o seu nome foi mencionado como o melhor governante para trazer soluções ao Estado, no sentido de atenuar as crises vivenciadas por Mato Grosso. Aceitando assim, lançar-se como candidato, contudo colocou algumas condições para que isso ocorresse, dentre elas, estaria a de administrar em nome da Aliança Matogrossense, em que era vinculado desde a formação do partido. Neste sentido, foi eleito como Governador do Estado por unanimidade em 13 de setembro do mesmo ano pela Assembleia Legislativa.

No entanto, a partir do Estado Novo, decretado no dia 10 de novembro de 1937, pelo Presidente Getúlio Vargas, foi suspenso todos os mandatos eletivos dos

Estados brasileiros. Assim, à nova Constituição dissolveu a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa também foi dissolvida, com a cassação geral dos mandatos. Porém Júlio Müller permaneceu ocupando a função de Interventor Federal, tendo em vista que não havia nenhum impedimento por parte das lideranças políticas mato-grossenses para o mesmo exercer a função que lhe foi designada, considerando que tal cargo não era algo novo para o Estado, uma vez que desde o ano de 1930 já havia sido registrado a atuação de sete interventores.

Este fato, não ocorreu de forma isolada no Estado de Mato Grosso, mas sim em todo o Brasil. Segundo Capelato (2011) ao ser extinto o sistema federativo, foram nomeados interventores, que teriam a função de retratar nos seus respectivos Estados aquilo que era determinado pelo Governo Central. Vale destacar, o ato que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com a realização de uma cerimônia cívica foram queimadas as bandeiras dos Estados brasileiros, como forma de demonstrar que daquele momento em diante somente iria prevalecer o poder central.

A administração de Júlio Müller, como Interventor Federal, foi marcada por uma de suas principais metas decorrente desde o período em que atuou como prefeito de Cuiabá, isto é, a urbanização da Capital, dando início em 1939 as Obras Oficiais, dessa forma:

[...] ocasião em que construiu edificações como a residência dos governadores, o Tesouro do Estado, o Palácio Arquiepiscopal, o Clube Feminino, o Cine Teatro Cuiabá, o Grande Hotel, assim como abriu avenidas e novas ruas, a exemplo da rua Joaquim Murtinho e da avenida Getúlio Vargas. Mandou edificar a primeira ponte ligando Várzea Grande e Cuiabá, a qual leva hoje seu nome, tendo sido inaugurada em janeiro de 1942, e ainda mandou construir uma estação de tratamento de água para a capital, tendo sido também responsável pela construção do primeiro Centro de Saúde (SIQUEIRA, 2009, p. 61).

Essas construções na capital proporcionaram o aspecto de modernidade, que trazia como uma de suas feições mais representativas essas mudanças na paisagem da cidade, como se fosse uma forma de manifestar-se contra ao que se relacionava com a República Velha e aos seus símbolos. Seria neste sentido, que fortaleceu a questão do urbanismo, atrelados ao discurso e as práticas que estariam em benefício da formação de um novo homem neste período. Investindo assim, no alinhamento do projeto urbano e dos seus usos sociais (BUZATO, 2015).

Além disso, as obras oficiais na capital mato-grossense estavam em conformidade com as diretrizes que o Governo Central estabelecia para alcançarem os critérios de infraestrutura para uma capital brasileira.

Júlio Müller apresentou durante a sua administração todas essas iniciativas políticas em Mato Grosso. No período do Estado Novo, trouxe contribuições ao desenvolvimento do Estado, bem como, da sua capital. E após cinco dias da destituição da Presidência de Getúlio Vargas no ano de 1945, Júlio Müller também foi destituído do cargo que ocupava na Interventoria Federal.

3. A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO COM BASE NO RELATÓRIO DE 1940

Voltar o olhar para a história da educação de Mato Grosso no período do Estado novo é observar como o ensino público se organizou para atender um projeto político que pressupunha a centralização do poder federativo e a unificação do país através do discurso nacionalista exacerbado, do estímulo ao sentimento patriótico e, sobretudo, da formação do homem novo e/ou do novo cidadão brasileiro.

A efetivação do projeto estadonovista tinha a escola como uma de suas principais ferramentas, uma vez que a partir da constituição de 1937 introduziam-se novas medidas no ensino brasileiro com a finalidade de transformar as instituições educativas em espaço de produção voltada para progresso social e econômico do país. A representação de educação da época estava priorizada para o mercado de trabalho.

Em Mato Grosso, não se percebe grandes alterações no modo de vida da sociedade em termos de melhoria na condição de vida da população e até mesmo no rendimento escolar. Porém, aparece de forma mais acentuada outros elementos característicos da política do Estado Novo como o controle autoritário das práticas sociais, terror policial, repressão violenta e reforço da política de intervenções.

O ensino público nesse contexto era respaldado pelo Regulamento da Instrução Pública de 1927 (Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927) que ficou em vigência até 1952, período em que foi sancionada no Estado a Lei Orgânica do Ensino Primário, a nível Federal.

Com base nesse Regulamento o ensino continuou sendo leigo e obrigatório e passou a ser também gratuito. As escolas, por sua vez, foram divididas em escolas isoladas, escolas rurais, escolas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares. A indicação era de que os mesmos conteúdos deveriam ser aplicados em todas as unidades escolares visando a uniformização do ensino, a diferença foi percebida somente em relação a duração dos cursos.

Sobre os métodos de ensino e das prescrições pedagógicas, ficou estabelecido no referido Regulamento, no Art. 91 que os professores observarão, no seu trabalho educativo, entre outras, as seguintes normas básicas:

- 1) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido;
- 2) farão o mais largo emprego da intuição;
- 3) conduzirão a classe às regras e às leis pelo caminho da indução;
- 4) conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para alcançá-la;
- 5) empregarão, no ensino da leitura, o método analítico;
- 6) estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um;
- 7) promoverão pela instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis;

- 8) transformarão os seus alunos em colaboradores;
- 9) tornarão as suas lições interessantes;
- 10) educarão pela palavra e pelo exemplo;
- 11) evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1927, p, 179).

Conforme Alves (1998, p. 74) “os programas de ensino continuaram a ser desenvolvidos através do método intuitivo e prático e foi introduzido o método analítico no ensino de leitura”. A autora argumenta que isso provocou transtornos devido a falta de preparo de alguns professores.

A observação que se faz da incorporação dessas medidas estabelecidas no Regulamento, é um esforço por parte dos professores em adequar as instituições educativas ao ambiente social da época, e também, acompanhar as reformas nacionais.

De modo geral, para Alves (1998) a reforma de 1927 apresentou aspectos positivos pelo fato do ensino passar a ser administrado pelo Diretor da Instrução Pública, auxiliados pelos inspetores gerais e distritais, diretores dos grupos escolares e escolas reunidas. Outros pontos abordados pela autora em relação ao estudo do referido regulamento diz respeito a preocupação com a ampliação e construção de grupos e prédios escolares, instituição do curso complementar de admissão ao ensino secundário, instituição das caixas escolares, da assistência médico-escolar e do escotismo nas escolas públicas do estado de Mato Grosso. Enfim, a autora compreende que o Regulamento de 1927 expressou a integração do estado no Contexto nacional por apresentar propostas semelhantes às realizadas em Minas Gerais e Distrito Federal no aspecto administrativo. Contudo, em relação aos modelos pedagógicos se diferenciaram a medida que em alguns estados se aproximou mais dos princípios da Escola nova, e Mato Grosso reafirmava os princípios da escola vigente, que de alguma forma era vista como arcaica e tradicional.

Reportando a gestão do Interventor Federal Júlio Strubing Müller, vimos que ele expressou uma visão positiva dos aspectos da Instrução Pública mato-grossense no Relatório de 1940 apresentado ao Presidente Getúlio Vargas, destacando no início do documento que:

[...] tem mesmo sido uma das preocupações máximas e constantes por parte do meu Governo, dotar o Estado de um sistema adequado e cabal de escolas primárias, assim urbanas como rurais, segundo as condições locais e sociais, provendo ainda cada uma delas de material didático suficiente e de boa qualidade (MATO GROSSO, 1940, p. 7).

O Interventor fez um apanhado da situação do ensino em Mato Grosso, conforme as suas especificidades, considerando a organização do Ensino Primário, Secundário, dos Grupos Escolares e das Escolas Reunidas. Destacou que apesar da dimensão territorial extensa do Estado, têm sido realizados esforços por parte da Diretoria para atender todas as demandas das regiões que tinham mais de

trinta crianças em idade escolar com a instalação de instituições de ensino.

Com relação ao ensino primário, Júlio Müller trouxe nesse relatório as benfeitorias que estavam sendo efetivadas como, o aparelhamento e a ampliação do curso para professores primários com a implantação do Curso Complementar, que funcionou em anexo ao Liceu Cuiabano; o aumento do número de escolas; a construção e melhoria de prédios que funcionavam os estabelecimentos escolares.

Houve a redistribuição das fiscalizações através dos “[...] Inspectores Gerais, um para a zona Norte e outro para a zona Sul; os Diretores dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas, os Inspectores Escolares; os Delegados e os Sub-Delegados de Polícia.” (MATO GROSSO, 1940, p. 12), e com o intuito de torná-la mais eficiente foi criado o Decreto-Lei nº 262, de 29 de março de 1939, conferindo aos Prefeitos Municipais e Promotores da Justiça a responsabilidade de fiscalizar esses estabelecimentos.

Alves (1998) considera que na gestão de Júlio Muller houve um retrocesso pela forma com que foram realizadas essas indicações dos inspetores e fiscais de ensino através do clientelismo e da política de favores, pois o Regulamento de 1927 já previa que estas funções deveriam estar em consonância com a formação pedagógica para ocupação dos cargos.

Nesse contexto, foram criadas 59 instituições de ensino em Mato Grosso no ano de 1939, sendo: 2 Grupos Escolares; 1 Escola Reunida; 2 Escolas Isoladas; 35 Escolas Distritais; 14 Escolas Regimentais e 5 Escolas Rurais.

Com a criação dessas novas escolas, a distribuição por localidade se organizou da seguinte forma no Estado:

Tabela 1: Localização das Escolas Primárias em Mato Grosso

LOCALIDADE	MODALIDADE DE ENSINO			
	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS REUNIDAS	ESCOLAS ISOLADAS	ESCOLAS RURAIS ISOLADAS
Capital	2	4	9	33
Rosário Oeste	1			15
Santo Antônio	1		1	18
Poconé	1			7
Cáceres	1			9
Corumbá	1	1	4	6
Aquidauana	1		2	2
Campo Grande	2	2	2	4
Três Lagoas	1			6
Ponta Porã	1			5
Herculânea	1 À instalar		1	8
Livramento		1	1	7
Porto Murtinho		1		3
Miranda		1		3
Maracaju		2		2
Paranaíba		2		4
Entre Rios		1		1

Bela Vista		1	1	1
Nioaque		1		2
Poxoréu		1		
Lageado		1		4
Alto Araguaia		1		4
Guajará-Mirim		1		9
Alto Madeira				3
Araguaiana				6
Diamantino				3
Mato Grosso				1
TOTAL	13	21	21	166

Organizado pelas Pesquisadoras
 Fonte: Relatório de Júlio Muller no ano de 1940.

Diante dessa relação e conforme o Relatório, as matrículas nas escolas primárias do Estado atingiu um total de 25.699 crianças. Todavia, observa-se que embora esse número de matrículas se fizesse presente naquela realidade, o acesso à escolarização era limitado e haviam índices de evasão consideráveis por parte dos alunos que não concluíam o ensino primário. Além de uma parcela da população infantil que não constava nesta estatística.

Dessa forma, apesar de Júlio Muller ter enfatizado que a instrução pública era uma das suas maiores preocupações, na prática houve o predomínio das escolas isoladas em condições precárias e que em muitas vezes não correspondiam a sua função social, sendo marcadas por inúmeras dificuldades, principalmente as localizadas nas zonas rurais. Enquanto, os Grupos Escolares e as Escolas Reunidas das zonas urbanas, praticavam o uso das metodologias consideradas modernas, e tinham melhor infraestrutura.

Com relação ao ensino secundário, o Estado de Mato Grosso, segundo o Relatório de 1940, apresenta a seguinte quantidade:

Tabela 2: Localização das Escolas Secundárias em Mato Grosso

LOCALIZAÇÃO	ESCOLAS
Cuiabá	1
Corumbá	1
Campo Grande	1
TOTAL	3

Organizado pelas Pesquisadoras
 Fonte: Relatório de Júlio Muller no ano de 1940.

Em Cuiabá, funcionava o Liceu Cuiabano há mais de 60 anos, anexado a ele foi fundado no ano de 1939 o Curso Complementar nas áreas de Direito, Odontologia, Medicina e Farmácia, estando o mesmo em regime de inspeção permanente. Neste período totalizou 427 matrículas e o Curso Complementar com 19. Vale ressaltar, que também foi implementado o Curso Especializado de professores e da seção Normal – antiga Escola Normal Pedro Celestino – em dois anos seriados (MATO GROSSO, 1940).

O Governo propiciou aos Professores Primários esse curso de Especialização que tinha o interesse de ser uma “[...] ilustração maior e perfeita, exigindo dos mesmos além do curso ginasial completo, mais dois anos de especialização” (MATO GROSSO, 1940). Entretanto, a extinção do curso normal trouxe prejuízos aos profissionais, uma vez que reduziu o tempo de durabilidade do mesmo, sendo oferecidos em condições precárias, e conseqüentemente, comprometendo a formação dos docentes.

Já o Liceu da cidade de Campo Grande, de acordo com o Relatório de 1940, funcionou pela primeira vez com 43 alunos matriculados na sua primeira série. Pressupunha-se que após as inspeções se tornarem definitivas, aumentaria a quantidade de alunos.

E por fim, o Ginásio Maria Leite instalado na cidade de Corumbá, que funcionou com cinco séries, totalizando 120 alunos. O documento aponta uma estimativa de melhoria no laboratório e no Gabinete de Biometria.

O ensino em Mato Grosso, de modo geral, apresentou uma realidade dicotômica no início da década de 40. Uma escola voltada para as elites e outra, destinada a uma parte da população menos favorecida. À medida que alguns dos segmentos da educação foram mais privilegiados com os investimentos, como foi o ensino secundário, cursos superiores, ensino primário em áreas urbanas, outros segmentos, como a educação na área rural, por exemplo, onde se encontrava a maioria das crianças em idade escolar, não eram assistidas na mesma proporção que as outras. O que ia de encontro com os discursos de educar integralmente os alunos em Mato Grosso, pois a maioria mal sabia ler e escrever e eram penalizados com os problemas relativos a precariedade da Instrução Pública no Estado (ALVES, 1998).

Nesse contexto prevaleceu outro aspecto interessante considerando os princípios do Estado Novo, ou seja, a manutenção da unidade política do país, uma vez que, através da escola, difundia-se a mesma língua, valores, hábitos, costumes vinculados ao sentimento de pertencimento a nação, a um sentimento nacionalista patriótico, que segundo líderes políticos era de fundamental importância na luta pela construção da nação brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Interventor Júlio Muller é uma figura emblemática no contexto mato-grossense, justificada por pertencer a uma família de tradição política, marcada por uma administração que presou os aspectos ligados à modernização do Estado, principalmente da Capital, através das construções de inúmeras obras públicas efetivadas na sua gestão.

Buscou ainda, articular essas características no âmbito educacional através da criação de instituições de ensino, do aparelhamento das escolas, organização de dados estatísticos e implantação da Diretoria da Instrução Pública, imbuído de uma formação que previa a difusão do sentimento de nacionalismo, próprio da

política do Estado Novo.

Contudo, apesar de o aspecto educacional ter recebido investimentos na gestão de Júlio Müller, a Instrução Pública permaneceu na prática com problemas que não podem ser ignorados, como a extinção do Curso Normal, apresentando de certa forma um retrocesso na formação desses profissionais, além das condições com que eram criadas e mantidas as escolas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laci Maria Araújo. Nas trilhas do ensino (1910-1946). Cuiabá: EdUFMT, 1998.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

BERTOLINI, Carlos Américo. Encenações Patrióticas: A educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. 2000.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.135 – 166.

BUZATO, Gino Francisco. As transformações urbanas em Cuiabá-MT na gestão de Júlio Strübing Müller e a formação do cidadão cuiabano para a modernidade (1937-1945). Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/10-%20PATRIMONIOEDUCATIVO%20E%20CULTURA%20MATERIAL%20ESCOLAR/AS%20TRANSFORMACOES%20URBANAS%20EM%20CUIABA-MT.pdf>>. Acesso em: 17 de fev. de 2017.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4. ed. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 107 - 143.

JUCÁ, Pedro Rocha. Júlio Müller, um grande estadista. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1998.

MATO GROSSO. Relatório do interventor do Estado de Mato Grosso apresentado ao Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, 1940.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Seleção de Conteúdo para

o Concurso Público do Governo de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-42-4

